

Orçamento revelador e estarrecedor

Assim como o papel aceita tudo, assim também os orçamentos públicos. A Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest), que em agosto último havia acabado de elaborar o orçamento deste ano (1), acaba agora de "produzir" o de 1988. Nunca, na história da economia nacional, o orçamento das empresas estatais foi divulgado antes de iniciar-se o ano civil. A Sest está de parabéns, e não só por isto: agora, por incrível e insólito que pareça, teremos a satisfação de saber qual é o peso do déficit de cada empresa em relação ao PIB...

Certamente, teríamos preferido um orçamento que mostrasse como as empresas estatais conseguiram equilibrar suas contas sem a ajuda do Tesouro (isto é, do contribuinte brasileiro). Mas, pelo menos, o orçamento apresentado é bastante claro e revela que as empresas estatais, no afã de reduzir o desemprego no País, criarão 12.181 empregos novos, muito embora o presidente José Sarney tenha proibido, por decreto, novas contratações. Outrossim, o orçamento não abrange as empresas financeiras, como, por exemplo, o Banco do Brasil, que prestará excelente serviço ao criar bancos de investimentos, abrir caderneta de poupança e ingressar na corrente dos cartões de crédito, a fim de converter-se em banco múltiplo ideal para fazer concorrência ao setor privado e mostrar, às escâncaras, que a decantada privatização é só para inglês ver.

Esperávamos que, na sombria situação atual — risco de uma inflação galopante, drástico declínio do PIB, sérias dificuldades à sustentação do valor das exportações e grandes dúvidas quanto à possibilidade de acordo com os credores estrangeiros —, a Sest, num ímpeto de coragem, fosse ela-

borar um projeto que levasse em conta todos estes aspectos negativos. Seu orçamento, porém, parece ter sido concebido em outro país. A exemplo do projeto de orçamento da União, manteve a previsão de inflação em 120,01% (atente-se para a precisão da estimativa...), taxa que corresponde à inflação mensal de 6,8%, embora já se receie, para janeiro, inflação superior a 20%. O secretário da Sest, sr. Júlio Colombi, reconhece que tal previsão é um pouco otimista, e ponderou que não quis aventar outra, diferente da consignada no orçamento da União. Aliás, está convencido de que a taxa de inflação pouco importa, uma vez que o governo, tendo optado pela verdade dos preços, reajustará as tarifas e os preços administrados de acordo com a inflação e até um pouco acima desta. Com efeito, as receitas de venda e serviços das empresas incluídas no orçamento da Sest acusarão um crescimento real de 15%. Quem nos garantirá, porém, que, diante de outra explosão da inflação, não tentará o governo conter a ascensão dos preços exercendo "controle" sobre as tarifas? Por outro lado, é evidente que, no clima de hiperinflação, será impossível controlar os custos e, menos ainda, os salários, que o setor público, agora, festivamente decidiu majorar.

O crescimento do PIB, segundo a previsão, será de 6%. Mas, convém entender, isso é apenas o que se deseja, pois a verdade é que, no presente exercício, o PIB crescerá, na melhor das hipóteses, 3,5%, e que, no próximo ano, será muito difícil sustentar esse avanço medíocre. Do crescimento do PIB vai depender o volume da demanda de aço, de energia elétrica, de cobre, de transporte etc. As receitas talvez baixem sensivelmente, enquanto as despesas subirão, seguramente, bem mais do que a inflação.

Pareceria consolador verificar que, no negrume da conjuntura econômica nacional, os investimentos das empresas estatais terão, em valor real, aumento de 11% (6,1%, sem deduzir-se a depreciação do capital). Investimentos novos, no valor de 6%, poderiam parecer confortadores; na realidade, porém, são modestos, proporcionalmente ao crescimento do PIB previsto. Mais séria, porém, é a indagação da fonte de onde virá o dinheiro para financiar tais operações. Teríamos apreciado ver, nas estimativas da Sest, o item "conversão de dívida externa em capital de risco". Neste ponto, todavia, o orçamento revela-se realista, pois não parece dar muito crédito à boa vontade dos credores estrangeiros diante do "liberalismo" da resolução do Banco Central atinente a tal conversão. A maior receita, a única que aumenta em valor real de 130%, é a oriunda de recursos externos, mas provém da rolagem da dívida externa, que não nos parece segura...

O déficit das empresas estatais em 1988 equivalerá apenas a 0,5% do PIB (desde que o PIB cresça de 6%...) — *contra* 1,6% neste ano, conforme a última estimativa de 1987. Representa, sem dúvida, progresso — se esquecermos que, em 1987, a previsão inicial era bem inferior...

O papel aceita tudo, dizíamos no início, mas convém notar que a Nação talvez não se mostre tão complacente. Ainda ficaremos sonhando com um orçamento realista, que mostre que os gastos das empresas estatais se reduziram porque o governo decidiu acabar definitivamente com o déficit procedendo à privatização de suas principais empresas e fechando as que não têm recuperação.